

RELATÓRIO DA CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

EXERCÍCIO 2018

Na qualidade de responsáveis pelo Órgão da Central do Sistema de Controle Interno (CSCI) do Município de Fortaleza dos Valos vimos apresentar Relatório e Parecer sobre as Contas do Poder Executivo, relativos ao Exercício de 2018, em conformidade com o previsto no art. 74 da Constituição Federal, artigo 59 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e, nos termos do disposto no art. 2º, inciso III, letra "b" da Resolução nº 1052, de 09 de dezembro de 2015, do Tribunal de Contas do Estado.

1) Destaca-se, inicialmente, que o órgão de Controle Interno do Município foi instituído pela Lei Municipal nº 857/2002 e regulamentado através de Decreto nº 079/2006 do Executivo Municipal, tendo sido designados seus membros pela Portaria nº 6030 de 2017.

2) A Central do Sistema de Controle Interno desenvolveu suas atividades da seguinte forma: acompanhamento das atividades realizadas pelos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Município. Foram analisados os dados informados no SIAPC – Sistema de Informações para Auditoria e Prestação de Contas, acompanhamento dos relatórios RGF – Relatório de Gestão Fiscal, RREO – Relatório Resumido de Execução Orçamentário e os demais balanços e demonstrações publicadas no Portal da Transparência, como os Balanços Orçamentário, Patrimonial e Financeiro e as Demonstrações de Fluxo de Caixa e Variações Patrimoniais.

3) Quanto ao resultado da análise dos itens que, nos termos da Resolução nº 936/2012, do Tribunal de Contas do Estado, entendemos dignos de registro os seguintes fatos/ocorrências:



3.1 Receitas de Transferências intergovernamentais:

Descrição	Orçado (A)	Realizado (B)	Diferença (B-A)
Transferência da União	10.935.540,00	12.108.093,59	1.172.553,59
Transferência dos Estados	10.867.500,00	11.748.381,70	880.881,70
Transf. de outras Instituições públicas	2.260.650,00	2.583.310,19	322.660,19
Total	R\$ 24.063.690,00	R\$ 26.439.785,48	R\$ 2.376.095,48

Fonte: Contabilidade: Balancete Orçamentário da Receita

3.2 Acompanhamentos dos limites dos gastos com pessoal:

Receita Corrente Líquida	26.283.801,33	
Despesas com Pessoal	Valor Ajustado	% s/ RCL
Total da Despesa Líquida c/ Pessoal nos 12 últimos meses	12.849.654,17	48,89
Limite para Emissão de Alerta - LRF, Inciso II do § 1º do art. 59		48,60 %
Limite Prudencial - LRF, Parágrafo Único do art. 22		51,30 %
Limite Legal - LRF, alínea "b" do Inciso III do art. 20		54,00 %

Fonte: DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – RGF - MODELO 2 - DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL

4) Exame das operações de crédito contratadas, dos avais e garantias concedidas, bem como dos direitos e haveres do Município:

4.1) Não foram contraídas operações de crédito e não houve realização de operação de crédito por antecipação de receita orçamentária (ARO) no exercício de 2018.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5) Em análise das operações financeiras e orçamentárias realizadas no exercício de 2018, observamos, em relação ao disposto no Capítulo II, do Título IX da Lei Federal nº 4320/64, que os itens analisados foram escriturados em conformidade com as normas previstas e com observância dos princípios fundamentais de contabilidade, aplicáveis à espécie.



6) A despesa orçamentária conteve-se no limite dos créditos votados e em nenhum momento, durante a execução, excedeu o montante autorizado.

7) Os gastos efetuados guardaram conformidade com a classificação da Lei Federal nº 4320/64.

8) As Notas de Empenho e respectivos pagamentos estão acompanhadas de documentação comprobatória.

RECEITA E DESPESA 2018

10) A execução da Receita e Despesa ao longo do exercício econômico e financeiro assim realizou-se:

Item	Descrição	Valor R\$
01	Receita Corrente Líquida	26.283.801,33
02	Despesa Empenhada	22.984.261,18
03	Despesa Liquidada	22.768.030,69
04	Despesa Paga	22.725.455,24

RESTOS A PAGAR E DISPONIBILIDADE FINANCEIRA

11) A verificação das disponibilidades financeiras ao término do exercício e sua confrontação com os valores devidos a título de Restos a Pagar, Depósitos, Convênios e demais Operações Realizáveis, assim realizou-se:

Descrição	Valor R\$
Total de Disponibilidades	1.866.712,33
Total de Restos a Pagar com suficiência	301.696,76
Total de Restos a Pagar com insuficiência	0,00
Saldo	1.565.015,57

12) Análise do equilíbrio financeiro:

Ano	Disponibilidade Financeira	Restos a Pagar	Insuficiência Financeira
2016	28.487.875,74	410.922,38	0,00
2017	31.888.761,86	728.186,78	348.377,76
2018	35.577.839,60	301.696,76	0,00



Na análise do Saldo de Restos a Pagar por recursos vinculados do Poder Executivo, constatou-se a existência de recursos financeiros para a cobertura dos mesmos.

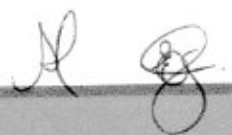
13) Manifestação sobre a legalidade dos atos de admissão de pessoal por concurso, por processo seletivo público e mediante contratação por tempo determinado:

13.1) Houve a comunicação ao TCE/RS, por meio do SIAPES, para efeito de registro, da ocorrência dos seguintes atos de admissão originários (art. 71, III, da CR; Resolução TCE/RS nº 1.051-2015 e Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2016):

- Decorrentes de concurso público (art. 37, III, da CR);
- Decorrentes de processo seletivo público (art. 198, § 4º, da CR);
- Decorrentes de contratações por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, da CR);
- Decorrentes de decisão judicial;
- Efetivados sem fundamentação legal.

13.2) Estão devidamente catalogados, arquivados e à disposição do TCE/RS, os seguintes documentos, relativos a concursos e processos seletivos realizados (Resolução TCE/RS nº 1.051-2015 e Instrução Normativa TCE/RS nº 03/2016):

- Editais de abertura;
- Editais de homologações de inscrições;
- Editais de homologação de resultado final.



PARECER

A análise específica da Execução Orçamentária do Exercício de 2018, com o detalhamento do Orçamento, Créditos Adicionais, Análise da Receita, Análise da Despesa, confronto entre os valores realizados através da Receita e os dispêndios realizados através da Despesa Pública, do Balanço Financeiro, do Balanço Patrimonial, da Dívida Pública, com o detalhamento da Dívida Fundada, Dívida Flutuante, da Demonstração das Variações Patrimoniais, com detalhamento das Variações, Mutações e a apuração do Resultado do Exercício, foram devidamente analisados através do Relatório apresentado pelo Chefe do Executivo Municipal, o qual é parte integrante do Balanço Geral do Exercício econômico e financeiro em análise.

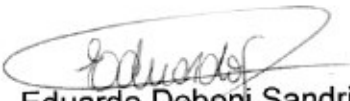
Diante do exposto, o Controle Interno é de parecer que as metas previstas no Plano Plurianual, priorizadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, e os programas do governo municipal elencados na Lei Orçamentária do exercício, foram cumpridos de acordo com as disponibilidades financeiras.

De outra parte, no que se refere à legalidade dos atos de gestão financeira, orçamentária e patrimonial, salvo melhor juízo, foi ela observada.

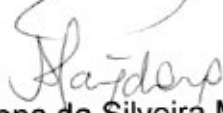
Ainda, em nossa opinião, os registros e documentos examinados traduzem a execução orçamentária e financeira de responsabilidade do Administrador do Executivo Municipal.

É o relatório e parecer.

Fortaleza dos Valos, RS, 30 de janeiro de 2019.



Eduardo Deboni Sandri
Agente de Controle Interno



Adriana da Silveira Maydana
Coordenador Controle Interno

